

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO** , DE 2011.  
**(Do Sr. MOACIR MICHELETTO)**

Solicita informações à Ministra do Meio Ambiente, Excelentíssima Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira, sobre cada Parque Nacional criado de 1988 até 2011, oferecendo informações detalhadas sobre cada um deles.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e na forma regimental, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, conforme abaixo discriminadas, à Ministra do Meio Ambiente, Excelentíssima Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira, para que informe a esta Comissão os dados abaixo solicitados, sobre todos os Parques Nacionais criados de 1988 até 2011, de acordo com o roteiro abaixo:

- Nome do Parque criado e localização;
- Área do Parque;
- Data de criação do Parque – Publicação no DOU;
- Justificativa para a criação do Parque;
- Nome de cada área desapropriada;
- Nome do proprietário ou dos proprietários das áreas desapropriadas para a criação de cada Parque específico, CPF e número da inscrição no INCRA;
- Tamanho da área desapropriada (individualizada para cada propriedade);
- Valor da indenização (individualizado para cada proprietário);
- Data do pagamento da indenização (individualizada para cada indenizado);
- Valor pago (individualizado para cada indenizado);
- Nome do servidor responsável pelo processo de criação do Parque;

## **JUSTIFICATIVA**

Tal solicitação visa possibilitar um estudo a ser realizado por essa Casa Legislativa, e tornar os procedimentos de criação dos Parques Nacionais menos ‘traumáticos’ para as famílias dos produtores rurais envolvidas no processo, através de uma legislação ágil e justa.

Temas relevantes como preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e desapropriação rural, chamam especial atenção dos cidadãos brasileiros, pois, trazem grandes preocupações quanto ao futuro do planeta, produção de alimentos, sobrevivência das famílias desapropriadas e a aplicação das políticas públicas destinadas a reforma agrária, e realocação das famílias desapropriadas nos casos em que se faz necessário.

Diversas informações têm chegado aos gabinetes de Parlamentares, tais como pedidos de intervenção junto aos órgãos competentes para que as indenizações de desapropriações realizadas há mais de 5 (cinco) anos, sejam pagas. Informação de valores irrisórios de indenização, casos de graves problemas sociais oriundos de famílias desapropriadas que não são amparadas por políticas públicas para sua realocação após as desapropriações, além de dados publicados através da imprensa citando fontes oficiais, que estão em desacordo com os dados conhecidos sobre terras destinadas a agricultura, terras pertencentes a União, e terras demarcadas para criação de reservas ecológicas.

Diante da urgência em mapear a situação atual, para a realização de um profundo estudo e a criação de novas políticas que atendam tanto aos desapropriados, e quanto a uma política de sustentabilidade, é fundamental que as informações solicitadas sejam encaminhadas a esta Casa para que os Nobres Pares, possam realizar estudos para propor políticas públicas voltadas para atender as necessidades das famílias rurais, que não são menos importantes que os interesses preservacionistas ambientais.

Sala das Sessões, em                      de junho de 2011.

**Deputado MOACIR MICHELETTO**